

# Pressões cancelam divulgação de relatório

Documento com resultado parcial das investigações, que seria divulgado no dia 16, iria propor cassação dos parlamentares com envolvimento comprovado no esquema de corrupção

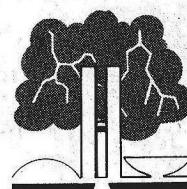
**B**RASÍLIA — Pressões políticas fizeram a CPI do Orçamento cancelar ontem o relatório parcial cuja apresentação estava prevista para o dia 16. O objetivo do relatório era fazer um balanço do que se apurou até agora e propor a cassação dos parlamentares cujo envolvimento no esquema de corrupção já pôde ser comprovado. O documento também daria à Procuradoria-Geral da República condições para pedir à Justiça o bloqueio dos bens dos acusados. Com a decisão de ontem, a CPI só deverá apresentar o relatório final, no dia 17 de janeiro, quando termina o prazo das investigações.

"Se mantivéssemos a linha do relatório, iríamos contra o Congresso e os partidos", admitiu, desolado, o

**BENS DOS  
ACUSADOS  
PODERIAM SER  
BLOQUEADOS**

relator da CPI, deputado Roberto Magalhães (PFL-PE). "Quem investiga os parlamentares é um órgão mais frágil que o Congresso Nacional, porque foi criado por este, e, além disso, há o controle dos partidos, que indicam os integrantes da CPI e podem desestabilizá-la." Magalhães disse que o cancelamento do relatório preliminar foi necessário para que a CPI "chegue ao porto". Ele acha que a sociedade vai ficar frustrada com a decisão, mas exigirá que o Congresso assuma esta responsabilidade. "Não admitirei que tentem jogar a decisão em cima da CPI."

As pressões contra a comissão foram ampliadas a partir da divulgação dos documentos apreendidos na casa do diretor da Construtora Norberto Odebrecht em Brasília,



Ailton Reis. Além de descrever os métodos da empreiteira para acompanhar o Orçamento desde seu preparo no Executivo, os papéis e disquetes comprometem políticos que ainda não estavam sendo investigados e aumentaram as preocupações dos dois maiores partidos, PMDB e PFL.

O envolvimento de mais deputados do PFL, como José Carlos Aleluia e Eraldo Tinoco, ambos da Bahia, fez crescer a pressão do grupo ligado ao governador Antônio Carlos Magalhães. Quando a subcomissão de emendas ao Orçamento tentou quebrar o sigilo bancário da deputada Roseana Sarney (PFL-MA), o grupo ligado ao senador José Sarney (PMDB-AP), pai da deputada, invadiu a sala da subcomissão e conseguiu preservar Roseana das investigações.

Posteriormente, o líder do PMDB no Senado, Mauro Benevides (CE), tem pressionado para impedir a convocação do filho, deputado Carlos Benevides (PMDB-CE), para depor no plenário da CPI. O PFL

e o PPR acusam a cúpula da CPI de proteger o deputado Ibsen Pinheiro (PMDB-RS), que, convocado a depor há quase um mês, tem conseguido adiar o comparecimento à comissão alegando que não terminou de fazer uma auditoria nas suas contas bancárias. O PMDB, por sua vez, acusa a CPI de preservar o líder do PPR, José Luiz Maia (PI), que até agora só depôs a uma subcomissão.

As pressões ficaram maiores quando se começou a especular sobre o número de políticos que seriam acusados no relatório parcial



Genoíno, Simon, Mercadante, Passarinho e Klein a caminho da reunião: decisão que adia primeiras punições e agrada aos partidos

de Roberto Magalhães. A Câmara reclama que nem um senador foi ouvido pela CPI, embora vários estejam sob investigação, entre eles Mauro Benevides, e o presidente do Senado, Humberto Lucena (PMDB-PB). O corporativismo do Congresso fez os líderes dos partidos levantarem até a suspeita de que não haveria um segundo relatório — oito parlamentares cassados bastariam para satisfazer a opinião pública.

A CPI quebrou ontem o sigilo bancário dos irmãos Carlos Alberto de Oliveira e Luiz Alberto de Oliveira, funcionários do Ministério da Educação que repassaram ao deputado João Alves (sem partido-BA) três cheques de altos valores. Carlos Alberto deu ao deputado o equivalente a US\$ 168 mil e Luiz Carlos, US\$ 46 mil. A CPI suspeita de que os dois participavam do esquema de corrupção no Orçamento, a partir da liberação de verbas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

Sérgio Amaral/AE